Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso. Processo SH/ 767688/2018
 Conveniente – Secretaria da Habitação.
 Conveniado – Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
 Objeto Décimo Quinto Termo de Aditamento
 Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
 Data da assinatura do Aditamento: 05/07/2022
 Vigência: 14/08/2009 à 13/08/2023
 Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho nº 020/2017
 Cota CJ/SH 13/2018 – Pareceres Referenciais CJ/SH nºs 1/2019, 2/2020 e 02/2021.
 Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso. Processo SH/ 769290/2018
 Conveniente – Secretaria da Habitação.
 Conveniado – Prefeitura Municipal de Votuporanga
 Objeto Décimo Terceiro Termo de Aditamento
 Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
 Data da assinatura do Aditamento: 04/07/2022
 Vigência: 19/08/2010 à 18/08/2023
 Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho nº 020/2017
 Cota CJ/SH 13/2018 – Pareceres Referenciais CJ/SH nºs 1/2019, 2/2020 e 02/2021.
 Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso. Processo SH/ 509385/2018
 Conveniente – Secretaria da Habitação.
 Conveniado – Prefeitura Municipal de São Roque
 Objeto Nono Termo de Aditamento
 Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
 Cláusula Aditada: Cláusula Primeira – Inclusão de núcleo denominado Morada dos Pássaros e Fazenda Itacolomi.
 Data da assinatura do Aditamento: 05/07/2022
 Vigência: 10/06/2013 à 09/06/2023
 Parecer CJ/SH nº 48/2016 e Despacho nº 020/2017
 Cota CJ/SH nº 013/2018 e Pareceres Referenciais CJ/SH nº 1/2019, 02/2020 e 2/2021.
 Parecer Referencial CJ/SH 100/2016 e Despacho nº 021/2017
 Cota CJ/SH nº 014/2018 e Pareceres Referenciais CJ/SH nº 2/2019, 01/2020 e 1/2021.

Infraestrutura e Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SIMA - 059, DE 13-07-2022

Dispõe sobre substituição de membro componente da Unidade de Gestão de Projetos do Gabinete do Secretário, instituída pela Resolução SIMA nº 5, de 15 de fevereiro de 2022, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.
 O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, e
 RESOLVE:
 Artigo 1º - Substituir Daniel Teixeira de Lima, portador do RG nº 28.359.559-0, por, José Paulo Delgado Júnior, portador do RG nº 12.534.145-3, como membro componente da Unidade de Gestão de Projetos do Gabinete do Secretário, instituída pela Resolução SIMA nº 5, de 15 de fevereiro de 2022, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, e como responsável pela Coordenação do Programa Município VerdeAzul.
 Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 (Processo SMA nº 8.407/2013)

CHEFIA DE GABINETE

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

PROCESSO: 011962/2020-80

INTERESSADO: Coordenadoria de Administração, Contratos e Convênios

ASSUNTO: Processo de contratação de serviços comuns – Contratação de empresa para prestação de serviços de motofrete.

APOSTILAMENTO REFERENTE AO CONTRATO Nº 01/2020/CACC

Diante da edição do Decreto nº 64.066, de 02 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa GOD SERVICE SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA-ME foi convidada a renegociar o reajuste contratual, cuja renegociação encontra-se devidamente registrada às fls. 0176/0178.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de renegociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE, ou seja, 12,27% (doze inteiros e vinte e sete centésimos), a administração procedeu os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso de minhas atribuições legais, notadamente a previsão do artigo 90, do Decreto nº 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal nº 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei Estadual nº 6.544/1989, AUTORIZO o reajuste de preços referente à prestação de serviços de motofrete, conforme planilhas de folhas 0179/0181, processo SIMA nº 011962/2020-80.

AUTORIZO também a realização da despesa estimada em R\$ 4.117,45 (quatro mil, cento e dezessete reais e quarenta e cinco centavos), necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

Departamento de Gestão Regional Centro Técnico Regional III - Santos COMUNICADO

A Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, faz publicar a relação do Auto de Infração Ambiental cujo autuados não foi localizado para entrega de notificação via Correios, para que o mesmo seja identificado pela presente publicação.

Comunica-se que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental não foi cumprido integralmente, haja vista a necessidade de apresentação de documento comprobatório da compra e doação de mudas emitido pela Prefeitura do Guarujá, no prazo máximo de (60) dias – contados da data de recebimento desta notificação, comprovando a adoção de tais medidas.

O protocolo de documentos relacionados a processos físicos deve ser realizado via Correios ou presencialmente nas unidades da CFB ou nas unidades da Polícia Militar Ambiental.

O relatório fotográfico deve conter: nome do autuado; número do Auto de Infração Ambiental (AIA) e número do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA); endereço para correspondência com telefone do autuado e/ou do técnico que fez o relatório; croqui de acesso à propriedade com a indicação e a demarcação da área em recuperação; descrição das medidas de recuperação que foram executadas no período; fotografias da área em recuperação com legenda explicativa do que as fotos estão ilustrando; declaração de que as fotografias correspondem à área autuada e objeto da recuperação ambiental compromissada no TCRA.

Salienta-se que o relatório fotográfico é instrumento para o acompanhamento do processo de recuperação da área autuada e caso o mesmo não seja apresentado no prazo determinado o referido TCRA poderá ser considerado como não cumprido.

Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado.

Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento>.

Auto de Infração Ambiental nº: 313404/2015
 Autuado: Nelson Soares Cabral Filho
 CPF: 061.873.908-49
 Município da Infração: Guarujá
 COMUNICADO

A Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, faz publicar a relação do Auto de Infração Ambiental cujo autuados não foi localizado para entrega de notificação via Correios, para que o mesmo seja identificado pela presente publicação.

Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, a sanção de advertência foi comutada em multa simples no valor de R\$116,00 (cento e dezesseis reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada no Centro Técnico Regional III, situado a Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Ponta da Praia, Santos, no período das 9:00 às 17:00 hrs.

Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes.

Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado.

Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento>.

Auto de Infração Ambiental nº: 330267/2016
 Autuado: Antonio Caetano dos Santos Neto
 CPF: 058.932.035-18
 Município da Infração: São Vicente
 COMUNICADO

A Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, faz publicar a relação do Auto de Infração Ambiental cujo autuados não foi localizado para entrega de notificação via Correios, para que o mesmo seja identificado pela presente publicação.

Comunica-se que a defesa interposta contra a decisão administrativa foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos.

Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes.

Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento desta notificação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Conforme previsto no artigo 13 do Decreto Estadual nº 64.456/2019 firmar Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA implica na redução da multa em 40% (quarenta por cento). Ademais, o valor restante a ser pago poderá ser parcelado em até 6 (seis) vezes, respeitando o valor mínimo da parcela estabelecido na legislação vigente.

O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/>

Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019, bem como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado.

Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental nº: 330465/2016
 Autuado: Josenildo Ferreira de Santana
 CPF: 054.960.778-18
 Município da Infração: Peruipe
 COMUNICADO

A Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, faz publicar a relação do Auto de Infração Ambiental cujo autuados não foi localizado para entrega de notificação via Correios, para que o mesmo seja identificado pela presente publicação.

Comunica-se que a defesa interposta contra a decisão administrativa foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos.

Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes.

Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento desta notificação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade.

O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/>

Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, a penalidade de advertência será convertida em penalidade de multa simples, de acordo com o §4º do art. 5º do Decreto Federal 6514/2008, bem como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado.

Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento>.

Auto de Infração Ambiental nº:313792/2015
 Autuado: Sarita Walz
 CPF: 010.496.774-98
 Município da Infração: Peruipe
 COMUNICADO

A Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, faz publicar a relação do Auto de Infração Ambiental cujo autuados não foi localizado para entrega de notificação via Correios, para que o mesmo seja identificado pela presente publicação.

Comunica-se que a defesa interposta contra a decisão administrativa foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos.

O valor consolidado da multa é de R\$ 2.469,96 (dois mil quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos) e conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes.

Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento desta notificação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Conforme previsto no artigo 13 do Decreto Estadual nº 64.456/2019 firmar Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA implica na redução da multa em 40% (quarenta por cento). Ademais, o valor restante a ser pago poderá ser parcelado em até 6 (seis) vezes, respeitando o valor mínimo da parcela estabelecido na legislação vigente.

O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/>

Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019, bem como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado.

Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental nº: 20170415011443-1
 Autuado: Ivete Ramos de Freitas da Silva
 CPF: 092.610.558-99
 Município da Infração: Peruipe
 COMUNICADO

A Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente faz publicar a relação dos Autos de Infração Ambiental cujos autuados não foram localizados para entrega de NOTIFICAÇÃO via Correios e/ou não possuem endereço válido, para que o mesmo seja identificado pela presente publicação.

Comunique-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido a Guia de Recolhimento deve ser retirada, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data desta Publicação na Unidade da CFB, à Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Bairro Ponta da Praia, Santos/SP – telefone (13) 32691200. Ressaltamos que o simples recolhimento da multa não exime o autor da infração da obrigação de reparar o dano ambiental causado, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 e também da responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes.

Caso não haja o recolhimento da multa na forma e prazos estipulados, o débito será incluído no Sistema da Dívida Ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, assim como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão. Os processos podem ser consultados no site e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Número do Auto de Infração: 20170928005304-1
 Nome do Infrator: GABRIEL CAMBUI DA SILVA
 CPF: 379.514.158-39

Município do local de infração: SÃO VICENTE/SP
 Valor da Multa: R\$ 5.264,22 (CINCO MIL E DUZENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)

COMUNICADO

A Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, faz publicar a relação do Auto de Infração Ambiental cujo autuados não foi localizado para entrega de notificação via Correios, para que o mesmo seja identificado pela presente publicação.

Comunica-se que a documentação interposta contra a decisão administrativa não foi acolhida, por ter sido apresentada fora do prazo, nos termos do artigo 15 do Decreto Estadual nº 64456/2019.

O valor consolidado da multa é de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) e deverá ser paga no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada no Centro Técnico Regional III, situado a Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Ponta da Praia, Santos, no período das 9:00 às 17:00 hrs.

Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.

Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento>.

Auto de Infração Ambiental nº: 330376/2016
 Autuado: Nelson Santos de Almeida
 CPF: 115.850.358-07
 Município da Infração: Guarujá
 Centro Técnico Regional VI - Bauru
 COMUNICADO

O Centro Técnico Regional de Fiscalização de Bauru (CTRF6) da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – CFA, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, faz publicar os Autos de Infração Ambiental, cujo autuado não foi encontrado para receber a notificação informando-lhe que em análise ao processo verificou-se tratar de Auto de Infração Ambiental por “cortar árvores isoladas” e que, após vistoria realizada em 30/10/2019 pela Polícia Militar Ambiental, constatou-se que o dano ambiental foi reparado e o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental 101.222/2017 foi integralmente cumprido. Considerado-se que o valor da multa foi pago integralmente informamos que o processo será arquivado.

Auto de Infração Ambiental: 274.191/2.013
 Autuado: ROQUE SOUZA SANTOS
 CPF: 110.673.838-16
 Município: Oscar Bressane/SP

Centro Técnico Regional VII - Taubaté

A Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, faz publicar as notificações e ou ofícios cujos (as) autuados (as) não foram localizados (as) para o respectivo recebimento ou cujos autuados residem em zona rural não abrangida pelo serviço de entrega dos Correios. O Centro Técnico Regional de Taubaté – CTR7, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, está localizado no Largo Santa Luzia, 25 – Bairro Santa Luzia – Taubaté/SP, para atendimento é necessário o prévio agendamento, através do telefone (12) 3683-0730.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 251769/2011
 AUTUADO (A): ANTONIO VALMIR PRESOTTO
 RG: 182257903 SSP/SP
 CPF: 057863798-76
 MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: TAUBATÉ/SP

De acordo com a Polícia Militar Ambiental o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n.º 73826/2011 foi considerado cumprido. Assim sendo, o Auto de Infração Ambiental supramencionado será arquivado. Novas intervenções deverão ser previamente licenciadas junto aos órgãos ambientais competentes. Caso haja necessidade de mais informações, nos colocamos a disposição durante os atendimentos técnicos, na sede do CTR-Taubaté, após agendamento por meio do telefone (12) 3683-0730, bem como por esclarecimentos pelo próprio telefone.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 296324/2014
 AUTUADO (A): JOSÉ BENEDITO DE PAULA
 RG: 6950627 SSP/SP
 CPF: 338.132.568-04
 MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: JACAREÍ/SP

De acordo com a vistoria técnica realizada na área autuada em maio de 2022 o dano ambiental foi considerado reparado. Assim sendo, o Auto de Infração Ambiental supramencionado será arquivado. Fica cancelado o embargo administrativo anteriormente aplicado, especificamente para o AIA em questão, sem prejuízo para a validade de demais embargos vigentes. Contudo, a área deve permanecer isolada de fatores de degradação, sem roçadas, para permitir o crescimento das espécies regenerantes. Novas intervenções deverão ser previamente licenciadas junto aos órgãos ambientais competentes. Caso haja necessidade de mais informações, nos colocamos a disposição durante os atendimentos técnicos, na sede do CTR-Taubaté, após agendamento por meio do telefone (12) 3683-0730, bem como por esclarecimentos pelo próprio telefone.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 242276/2010
 AUTUADO (A): JAIR RAMALHO DA SILVA
 RG: 23572290X SSP/SP
 CPF: 159.609.528-82
 MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Comunica-se que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº 41445/2011 foi considerado cumprido integralmente. Ressalta-se que a área autuada por ser considerada especialmente protegida pela legislação, novas intervenções necessitam de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes. Considerando não haver pendências administrativas no âmbito deste processo, este será arquivado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 242366/2010
 AUTUADO (A): SIDNEIA FONSECA PELETEIRO
 RG: 92939612 SSP/SP
 CPF: 494.215.498-72
 MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Comunica-se que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº 38838/2010 foi considerado cumprido integralmente. Ressalta-se que a área autuada por ser considerada especialmente protegida pela legislação, novas intervenções necessitam de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes. Considerando não haver pendências administrativas no âmbito deste processo, este será arquivado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 224836/2008
 AUTUADO (A): ANTONIO CARLOS GALVÃO
 RG: 6812865 SSP/SP
 CPF: 494.472.628-72
 MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Comunica-se que após análise do processo administrativo considerou-se que todas as penalidades impostas no Auto de Infração ambiental foram cumpridas e o processo será arquivado.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 225026/2009
 AUTUADO (A): LUIZ CARLOS RODRIGUES
 RG: 6661014 SSP/SP
 CPF: 435.148.478-00
 MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: REDENÇÃO DA SERRA/SP

Comunica-se que a documentação interposta contra a decisão administrativa foi analisada, deliberando-se pelo cancelamento do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. Havendo bens apreendidos que se encontram em depósito com o autuado, considera-se cancelada a condição de depósito e o bem devolvido. Caso os bens apreendidos estejam armazenados sob a guarda do Estado, o autuado deverá agendar atendimento na unidade da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB responsável, por meio do telefone e/ou do e-mail definido abaixo, ou diretamente na Unidade da Polícia Ambiental responsável, em um prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, visando obter as orientações para a retirada dos bens. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 261509/2011
 AUTUADO (A): MARIA RAMOS DE OLIVEIRA SOUZA
 RG: 0550182705 SSP/BA
 CPF: 907.778.755-00
 MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: JACAREÍ/SP

De acordo com vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n.º 23305/2012 foi considerado cumprido. Assim sendo, o Auto de Infração Ambiental supramencionado será arquivado. Fica cancelado o embargo administrativo anteriormente aplicado, especificamente para o AIA em questão, sem prejuízo para a validade de demais embargos vigentes. Contudo, a área deve permanecer isolada de fatores de degradação, sem roçadas, para permitir o crescimento das espécies regenerantes. Novas intervenções deverão ser previamente licenciadas junto aos órgãos ambientais competentes. Caso haja necessidade de mais informações, nos colocamos a disposição durante os atendimentos técnicos, na sede do CTR-Taubaté, após agendamento por meio do telefone (12) 3683-0730, bem como por esclarecimentos pelo próprio telefone.